



Na subcomissão, a maioria dos parlamentares comparece e sempre há presença de populares

Reforma agrária agora começa a ter definição

Rogério Cadengue

A briga para aprovar um projeto de reforma agrária que atenda às solicitações das entidades como Abra, Contag, CGT, CUT, CPT e Associação dos Sem-Terra, ou outro que privilegie a UDR e os latifundiários, palmo a palmo, não nas terras disputadas entre trabalhadores rurais e proprietários, mas nos corredores e salas do Congresso Nacional, onde se reúne a Assembleia Nacional Constituinte.

Na Subcomissão de Política Agrária Fundiária e Reforma Agrária, a avaliação feita no dia de ontem dava conta de que o grupo vencedor na disputa terá quando muito um ou dois votos de maioria — a subcomissão tem 25 membros —, repetindo a eleição para a mesa da subcomissão, quando Edison Lobão (PFL-MA) teve doze votos, contra onze dados a Alysson Paulinelli (PFL-MG).

A disputa não envolve nem mesmo PFL versus PMDB, mas "os constituintes mais comprometidos com os trabalhadores e a mudança na sociedade" como afirma Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) relator da subcomissão, "e os comprometidos com a UDR e contra qualquer alteração na estrutura agrária e fundiária da Nação". A partir desse ponto e do relatório de Osvaldo Lima Filho, as duas forças passaram a se digladiar em busca dos 13 votos que garantem a vitória, a nível de subcomissão, a continuidade da luta na Comissão Temática e, posteriormente, na de Sistematização. Ai, as armas mudam apenas de mãos, mas geralmente se aproximam. As entidades de trabalhadores visitam constituintes, fazem reuniões na Contag, estão presentes nas audiências públicas ou nas simples reuniões da subcomissão para tratar de assuntos administrativos.

Com mais recursos, a UDR força reuniões, promove encontros, freta ônibus para trazer gente e forçar a Subcomissão a alterar as propostas de Osvaldo Lima Filho. A UDR já dera mostras de estar contra o projeto de reforma agrária: "A reforma agrária deve ser feita apenas em terras públicas, ou por direito de herança", defende, por exemplo, o deputado José Mendonça de Moraes, um dos mais fortes adversários do projeto, fazendeiro em Minas e na Bahia, suplente na subcomissão. Mas o pontapé inicial foi dado pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que sugere, inclusive, que os proprietários se armem para enfrentar os possíveis recebedores de terras desapropriadas. Caiado não livrou sequer o relator Osvaldo Lima Filho, chamando à seu parecer de "incitador à agitação e à desorganização da sociedade". Contra Caiado protestam os considerados deputados e senadores progressistas. Para eles, mesmo com as falhas ainda encontradas, a proposta de Lima Filho, se constitui num avanço e até numa possibilidade de entendimento. "Só que os constituintes que estão comprometidos com a UDR, ou aqueles que não desejam a reforma agrária, estão partindo para uma fase de agressões verbais e tentativas de pressões, impedindo qualquer acordo, qualquer possibilidade de negociação" reclama Vicente Bogo (PMDB-RS), ex-trabalhador rural e eleito com os votos dos seus ex-companheiros de trabalho.

Bogo, como Aldo Arantes (PC do B-GO), tem críticas à proposta, além da própria Contag. A maior delas refere-se à questão da emissão do título de posse e da perda sumária da

terra, temas que não foram bastante explicitados na proposta do relator. Aldo reclama ainda quanto à determinação máxima da propriedade, preferindo que a mesma seja determinada em hectares, ao contrário de Lima Filho, que usa módulos, "que irão dar propriedades imensas", queixa-se o deputado goiano. Mesmo assim, Arantes considera que a fixação de limites máximos é um grande avanço, "pois não se pode permitir uma falta de limite para as propriedades". O deputado do PC do B se apóia nas Constituições de Portugal e da Itália.

O limite é a grande bandeira dos que são contra a reforma. Caiado diz que a livre iniciativa está impedida de exercer todo o seu potencial, a partir do momento em que houver limitação. "Ter a propriedade que puder ter, tornando-a produtiva, é um direito", afirma Caiado. Arantes pensa o oposto. Para ele, o único direito é à vida a terra onde se possa trabalhar e produzir para garantir a sustentação da família e produzir alimentos para a nação. Arantes garante que ninguém deseja interromper a produção. Deseja apenas democratizar o uso da terra.

Bogo defende que a perda

sumária da terra e a questão da indenização devem ser melhor tratadas. Para ele, pode-se até indenizar as benfeitorias, pagando-se com dinheiro, ao contrário das terras, que devem ser pagas com Títulos da Dívida Agrária. O deputado do PMDB gaúcho chama a atenção para casos em que a indenização é uma forma de fazer o duplo pagamento, relatando uma experiência existente no Pará, onde o governo doou terras à construtora Andrade Gutierrez, para um projeto de colonização. O total da área doada foi de 400 mil hectares. A empresa dividiu a área em três subprojetos, fracassou na proposta de colonização e hoje quer devolver ao governo as terras doadas. Junto, quer uma indenização de 28 a 30 milhões de dólares e deixa nas terras um problema refletido em 100 mil pessoas, desejosas de terras, trabalho e condições de vida.

Daqui até o dia 25, quando acontecerá a votação na Subcomissão, muita conversa vai rolar. Muitas pressões de lado a lado, enquanto que a sociedade fica na expectativa da reforma agrária. Os constituintes acreditam que vá ser aprovado, pelo menos, o anteprojeto de Osvaldo Lima Filho.

Josemar Gonçalves



O relator Osvaldo Lima Filho enfrenta duros adversários

Como votam os parlamentares

Na luta pela vitória na Subcomissão da Reforma Agrária, a chamada "bancada progressista" vai ganhar um aliado. Faltando um representante do PMDB o líder Mário Covas vai indicar o senador Márcio Lacerda, do Mato Grosso, comprometido com a aprovação da reforma agrária. Lacerda é o décimo segundo voto a favor. O 13º precisa ser conquistado, já que existe muita confiança no voto de minerva, pois o presidente Edison Lobão (MA), apesar de se declarar a favor da reforma agrária, a entende diferentemente da Contag, da Abra e demais entidades. Voto a voto, são essas as posições da Subcomissão.

Votam a favor da reforma agrária, com a proposta de Osvaldo Lima Filho ou com pouquíssimas alterações: PMDB — Benedito Monteiro (PA), Ivo Mainard (RS), Osvaldo Lima Filho (PE), Raquel Capiberibe (AP), Valter Pereira (MS), Vicente Bogo (RS), Percival Muniz

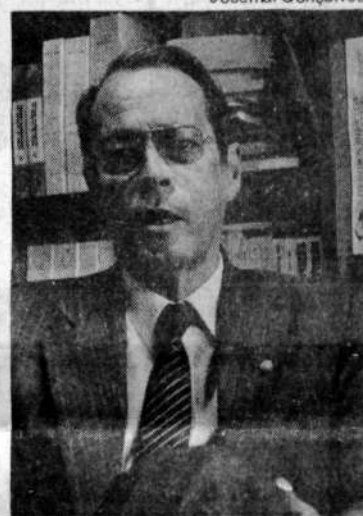
(MT) e o senador Márcio Lacerda (MT); PDT — Amauri Müller (RS); PT — Irma Passoni (SP); PCB — Fernando Santana (BA) e PC do B — Aldo Arantes (GO), num total de 12.

Votam contra a proposta de Lima Filho: PMDB — Roberto Cardoso Alves (SP), Jorge Viana (BA), Rosa Prata (MG), Saldanha Derzi (MS); PFL — Alysson Paulinelli (MG), Victor Fontana (SC) e Malulli Neto (SP); PDS — Virgílio Galassi (MG); PTB — José Egreja (SP) e PDC — Mauro Borges (GO).

O senador Edison Lobão deve votar contra a maior parte da proposta, embora não queira se posicionar contra a reforma agrária. Os constituintes Santinho Furtado (PMDB-PR) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) são considerados "fiéis da balança". Ambos estão a favor da reforma agrária, embora estejam contrários a determinados aspectos na proposta do relator.



Josemar Gonçalves



Santana dá força a presidencialismo

Santana tem substitutivo contra Fogaça

O líder do governo na Câmara, Carlos Santana, está elaborando um substitutivo ao relatório do senador José Fogaça que institui o neoparlamentarismo no país, transformando esse regime num "presidencialismo parlamentar". A proposta de Santana, que será apresentada hoje por deputados do grupo moderado do PMDB, é semelhante ao projeto do deputado Borges da Silveira (PMDB-PR), que recebeu aval do Palácio do Planalto, e dá mais poderes ao presidente da República do que o projeto de Fogaça.

O presidencialismo parlamentar, idealizado pelo líder do governo e seu grupo, dá ao presidente a competência de nomear alguns ministros que a ele ficariam submetidos e não seriam passíveis de destituições pela Câmara: os chefes do Gabinete Civil e Militar; os ministros militares e o das Relações Exteriores, além do consultor e do procurador-geral da República. Além disso, a proposta transfere para o presidente o poder dado por Fogaça ao Senado de suspender uma moção de censura da Câmara ao ministério por cinco dias, para que esta reconsidere. Na terceira censura, se a Câmara não voltar atrás, o presidente poderá dissolvê-la. Segundo o projeto de Santana, quando houver dissolução, haverá eleições para uma nova legislatura e não apenas para completar o mandato dos deputados anteriores.

O líder do governo e seu grupo pretendem apresentar esta proposta tanto em forma de substitutivo quanto de emendas esparsas ao relatório de Fogaça, já que existe dúvida sobre a aceitação regimental de um substitutivo.

O líder do governo apareceu na reunião de ontem da subcomissão do Poder Executivo — que discute a duração do mandato presidencial — com um pacote de emendas debaixo do braço. Discretamente, conversou com o presidente da subcomissão, deputado Albérico Filho — primo do presidente José Sarney — e retirou-se.